

Keynes e os 90 anos da Teoria Geral

Luiz Alberto Machado¹

Considerações iniciais

Em março deste ano, surgiram inúmeros artigos homenageando os 250 anos de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, publicada no dia 9 de março de 1776. Nada mais justo do que fazê-lo também em homenagem aos 90 anos da publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes, considerado por muitos analistas o maior economista do século XX.

Descendente de uma família de classe média alta, John Maynard Keynes nasceu no dia 5 junho 1883 em Cambridge, Cambridgeshire, Inglaterra. Teve educação apurada, graduando-se economia no Trinity College, na tradicional Universidade de Cambridge. Conviveu com pessoas de destaque no cenário cultural da Inglaterra, pertencendo ao conhecido grupo de Bloomsbury, do qual fizeram parte, entre outros, o filósofo G. E. Moore, o crítico e biógrafo Lytton Strachey, o romancista Morgan Forster, além dos casais Clive e Vanessa Bell e Leonard e Virginia Woolf.

Participação política e produção intelectual

Como representante do Tesouro, integrou a delegação inglesa na Conferência de Paz de Versalhes, realizada ao final da Primeira Grande Guerra. Discordando, porém, dos rumos que as discussões estavam tomando, abandonou a delegação e voltou à Inglaterra antes do encerramento da Conferência. Escreveu, em 1919, *As Consequências Econômicas da Paz*, alertando para os problemas que adviriam se as retaliações que estavam sendo cogitadas na Conferência de Paz fossem realmente impostas aos países derrotados. A confirmação das terríveis previsões de Keynes com as hiperinflações da Alemanha, da Hungria, da Áustria e da Polônia na primeira parte da década de 1920 serviu não apenas para demonstrar a correção de sua análise, mas também para recuperar sua imagem pública, abalada com a decisão de abandonar a delegação diplomática de seu país.

Em 1925, Keynes publicou o livro *As Consequências Econômicas de Winston Churchill*, obra que o identificou como um pensador que combinava enorme talento analítico com a capacidade de antecipar acontecimentos cruciais. Naquele ano, Winston Churchill cometeu o erro mais desastroso da história econômica moderna ao determinar o retorno ao padrão ouro com base nos valores vigentes no período do pré-guerra, valorizando a libra em 10 por cento em relação ao dólar e ao ouro. Tal valorização reduziu o poder competitivo das exportações britânicas, especialmente carvão, têxteis, equipamentos, navios e fretes, o que foi suficiente para desviar os compradores para a França, Alemanha, Países Baixos e EUA. Este erro de Churchill tinha em sua base uma tentativa de mostrar que a Inglaterra era ainda o centro financeiro do mundo, narrativa adotada pelas vozes dos representantes das altas finanças. Na análise crítica desenvolvida em *As Consequências Econômicas de Winston Churchill*, Keynes profetizou também duas calamidades para o capitalismo, a greve geral na Inglaterra em 1926 e a crise mundial de 1929.

¹ Luiz Alberto Machado é economista pela Universidade Mackenzie (1977), mestre em Criatividade e Inovação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal, 2012), conselheiro da FEI e do Instituto Liberal, e assessor econômico da Fundação Espaço Democrático.

Em 1926, Keynes publicou um ensaio intitulado *The End of Laissez-Faire* (*O Fim do Laissez-Faire*). Àquela altura já se percebia que Keynes tinha uma série de críticas ao liberalismo econômico e seu ensaio publicado em 1926 não deixa dúvidas sobre seu posicionamento quanto a este tipo de visão da economia. No entanto, no mesmo artigo é possível identificar que Keynes também era um grande detrator do marxismo. Para ele tanto liberalismo quanto marxismo eram teorias deficientes que não retratavam de forma correta a realidade econômica de sua época.

Em termos de contribuição à teoria econômica, sua consagração veio com a publicação, em 1936, da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Embora tenha uma sólida formação matemática, Keynes conseguiu escrever um livro extremamente acessível, sem fazer uso do farto conhecimento que possuía de métodos quantitativos. Com isso, a *Teoria Geral* (nome com o qual o livro normalmente é mencionado) tornou-se um livro de leitura razoavelmente acessível, que acabou se transformando em bibliografia obrigatória dos cursos de economia em todo o mundo.

Impossível, num artigo desta natureza, falar sobre toda a contribuição de Keynes para a teoria econômica. Entre as mais relevantes, porém, encontram-se: i) a crítica à teoria do *laissez-faire*, *laissez-passer*, até então amplamente dominante, segundo a qual a economia tende naturalmente ao equilíbrio, sem necessidade de intervenção governamental; ii) a defesa de um papel mais significativo para os instrumentos de política fiscal na definição e execução das políticas econômicas, até então fortemente dominadas pelos instrumentos de política monetária e cambial; iii) a intransigente busca do pleno emprego como objetivo fundamental da política econômica; iv) a valorização da contabilidade nacional, que passa a ser vista como elemento essencial para a análise e formulação de políticas econômicas; v) a teoria do multiplicador.

Legado

A influência de suas ideias – consideradas por muita gente como a base da recuperação da economia capitalista, vigorosamente abalada pela Grande Depressão – foi tão ampla que se tornou comum o emprego da expressão consenso keynesiano, em razão da proliferação de políticas econômicas inspiradas em suas ideias nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970 do século passado. Os pilares básicos desse consenso keynesiano, segundo Eduardo Giannetti, são os seguintes:

“1º) Defesa da economia mista, com forte participação de empresas estatais na oferta de bens e serviços e a crescente regulamentação das atividades do setor privado por meio da intervenção governamental nos diversos mercados particulares da economia; 2º) Montagem e ampliação do Estado do Bem-Estar (*Welfare State*), garantindo transferências de renda extramercado para grupos específicos da sociedade (idosos, inválidos, crianças, pobres, desempregados etc.) e buscando promover alguma espécie de justiça distributiva; 3º) Política macroeconômica ativa de manipulação da demanda agregada, inspirada na teoria keynesiana e voltada, acima de tudo, para a manutenção do pleno emprego no curto prazo, mesmo que ao custo de alguma inflação.”

Como na economia nada dura para sempre, a década de 1980 testemunhou o fim da euforia e início de uma época de duras críticas às políticas econômicas de inspiração keynesiana. Uma das razões disso residia na proliferação de exemplos de países onde conviveram, por períodos prolongados, alta inflação e alto desemprego, o que levou ao questionamento da Curva de Philips, um dos mais badalados recursos teóricos criados pelos economistas keynesianos e que possuía como uma de suas premissas a ideia de que inflação e desemprego eram fenômenos excludentes. Outro motivo do desencantamento com as políticas keynesianas foi o elevado custo de

manutenção do Estado do Bem-Estar (*Welfare State*), o que obrigou o governo de diversos países a elevar a níveis estratosféricos as respectivas cargas tributárias. E não se pode esquecer, também, o tamanho e os excessos cometidos por governos que, sob o pretexto de estarem agindo em busca dos interesses maiores do Estado, acabaram cometendo uma série enorme de desmandos, misturando completamente os interesses de Estado com os interesses do governo (qualquer semelhança com a realidade brasileira atual não é mera coincidência). O gigantismo, vale registrar, verificou-se muitas vezes nas duas formas básicas de intervenção: a estatista (o Estado assume atribuições produtivas) e a dirigista (o Estado assume atribuições regulatórias).

Diante disso, não me parece difícil compreender as razões pelas quais teve início nos anos 1980 um refortalecimento das ideias e das políticas econômicas de cunho liberal, cujos maiores indicadores foram as políticas de privatização e de desregulamentação da economia, que tiveram como maiores exemplos os governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, na Inglaterra.

No primeiro quarto deste século, dado o fracasso das experiências socialistas, observa-se na quase totalidade dos países, sejam eles mais ou menos democráticos no plano político, uma alternância entre políticas econômicas liberais e keynesianas, diferenciando-se pelo grau e pela forma de intervenção governamental.

Final de vida

Keynes teve uma série de problemas cardíacos que prejudicaram sua produção intelectual em seus últimos anos de vida. Sofreu o primeiro ataque cardíaco, considerado grave, no início de 1937, o que o obrigou a se afastar temporariamente das intensas atividades e a adotar uma longa rotina de repouso.

Em 1944, durante uma conferência internacional nos Estados Unidos preparatória à de Bretton Woods, ele teve um novo ataque cardíaco leve.

Finalmente, em abril de 1946, exausto pelas negociações econômicas difíceis do empréstimo anglo-americano, ele sofreu o último e fatal ataque cardíaco, falecendo em sua residência em Tilton, Sussex, aos 62 anos.

Citações

Além das obras aqui citadas, Keynes foi autor de numerosos artigos e também de outros livros, entre os quais destacam-se *Um Tratado sobre Probabilidade* (1921), *Um tratado sobre a Moeda* (1930) e *Essays in Persuasion* (1931). Seguramente, numa obra tão extensa, seria possível colher um amplo volume de citações. Como este não é meu objetivo, limito-me a reproduzir alguns trechos que considero mais relevantes.

"A política de reduzir a Alemanha à servidão por toda uma geração; de degradar a vida de milhões de seres humanos, de privar de felicidade uma nação inteira devia ser odiosa e repulsiva – mesmo se fosse possível, ainda que nos fizesse enriquecer, mesmo que não semeasse a decadência na vida civilizada na Europa."

As Consequências Econômicas da Paz

"Não há meio mais seguro e mais sutil de subverter a base da sociedade do que corromper a sua moeda – processo que empenha todas as forças ocultas da economia na sua destruição, de modo tal que só uma pessoa em cada milhão consegue diagnosticar."

As Consequências Econômicas da Paz

"Mas, acima de tudo, a incompetência dos administradores públicos predispôs fortemente o homem prático em favor do laissez-faire – um sentimento que não desapareceu de modo algum. Quase tudo o que o Estado fez no século XVIII além das suas funções mínimas foi – ou pareceu ser – prejudicial ou fracassado."

The End of Laissez-Faire

"O mais importante compromisso do Estado relaciona-se não com aquelas atividades que indivíduos privados já estão desempenhando, mas com aquelas funções que escapam à esfera do indivíduo, com aquelas decisões que não são tomadas por ninguém se o Estado não as tomar. O que é importante para os governos não é fazer coisas que indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior; mas fazer aquelas coisas que no momento não são feitas por ninguém."

The End of Laissez-Faire

"Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente, em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do laissez-faire, a tarefa de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessões sobre o terreno onde estão enterradas as notas), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são."

Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

"... as ideias dos economistas e dos filósofos políticos, tanto quando estão certos como quando estão errados, são muito mais poderosas do que normalmente se imagina. Na verdade, o mundo é governado quase que exclusivamente por elas. Homens práticos, que se julgam imunes a quaisquer influências intelectuais, geralmente são escravos de algum economista já falecido."

Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda

Referências

CACHANOSKI, Juan. Planificação e dirigismo econômico. *Perspectiva Econômica*. Vol. 30, Nº 90. Julho/Setembro de 1995. pp. 49 – 69.

GALBRAITH, John Kenneth. A Revolução dos Mandarins. Em *A Era da Incerteza*. Tradução de F. R. Nickelsen Pellegrini. 6. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1984.

GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. *Desenvolvimento e transição econômica: a experiência brasileira*. Paper preparado para Workshop Universitário promovido pelo Grupo das EBCEs - Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro. Mimeo.

KEYNES, John Maynard. *As Consequências Econômicas da Paz*. Tradução de Sérgio Barth; prefácio de Marcelo de Paiva Abreu. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Clássicos IPRI; v. 3)

_____ *The End of Laissez-Faire*. Independently published, 2021. Originalmente publicado como um panfleto em julho de 1926 pela Hogarth Press, editora de Leonard e Virginia Woolf.

_____ *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

_____ *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução de Manuel Resende. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. (Clássicos da Economia)

MOGGRIDGE, D. E. *As Ideias de Keynes*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix. 1981.